

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Um caminho eleitoral difícil de trilhar

Um caminho eleitoral difícil de trilhar se você, leitor, pensava em escolher seu candidato através da propaganda eleitoral, a esta altura está, no mínimo, decepcionado e preocupado com o futuro do país. A propaganda eleitoral, em seus primeiros dias ainda, é verdade, e as entrevistas realizadas por diferentes órgãos de comunicação, mostram candidatos a presidente e governadores inteiramente despreparados que sabem apenas criticar e prometer que vão mudar tudo, colocar o país e os estados nos

trilhos, sem apontarem caminhos a seguir e se apresentando como capazes de tudo.

Impressiona ver e ouvir os candidatos se apresentando como capazes de tudo, sem, nem de leve, lembrar aos eleitores que, para realizar o mínimo que for, precisarão de um Legislativo afinado com suas propostas. Se apresentam como autoridade máxima, capaz e com autoridade de mudar tudo, sem explicar bem o que precisa mudar. Bem, esta é a visão de uma parte dos programas eleitorais, a que vende os candidatos ao Executivo. A que apresenta o futuro Legislativo que sairá das urnas consegue ser ainda pior.

O tempo de cada um nos programas é curto sim, mas se não é suficiente para que apresentem propostas, é capaz de mostrar o despreparo do candi-

dato e sua total inaptidão para a atividade política. Nós que sempre nos queixamos dos velhos políticos sentimos falta deles. Além do despreparo, há o radicalismo, especialmente na campanha presidencial.

Lula e Flávio, em especial, até aqui sustentam suas campanhas com acusações mútuas, numa clara tentativa de isolar os outros pretendentes, polarizando a disputa não com propostas que poderiam mudar o país, mas com disputa sobre quem é o mais corrupto. E o povo embarca nessa onda. Assim como embarca na onda do valentão, aqueles que garantem que vão mudar tudo, criar um Brasil – ou um estado - novo, sem corrupção, sem violência, sem fome. Como isto será possível, ninguém diz. Aliás, dizem: acabando com a corrupção e com as despesas. Simples assim.

CRISTIANO BERALDO

Jornalista

A Urgente Reforma do STF

Por muito tempo o STF preservou a tradição de ser composto por um seletor grupo de juristas que conciliavam discrição, inteligência e espírito público acima da média. Eu, por exemplo, tenho o privilégio de ser neto do saudoso Ministro Bilac Pinto e foi graças a ele que tive a oportunidade de compreender desde cedo a grandeza do Supremo Tribunal Federal.

Apesar da pouca idade à época eu me sentia orgulhoso e honrado de poder observar, mesmo sem ainda entender muito bem, conversas de ilustres membros da Corte como Oscar Corrêa, Célio Borja, Francisco Rezek, Cordeiro Guerra e Oswaldo Trigueiro entre outros. E assim cresci com a certeza de que o STF cumpria de forma inabalável sua missão de proteger a Constituição brasileira.

Mas à medida que o tempo passou e homens públicos moralmente desqualificados ocuparam o Poder, a nossa Corte Suprema sucumbiu às tentações mundanas.

Primeiro veio a TV Justiça que atizou a vaidade dos ministros e transformou as sessões em palco para Vossas Excelências brilharem, lacrarem e militarem visando agradar seguidores e puxa-sacos.

Na sequência, à medida que Lula e seu governo se afundaram em escândalos de corrupção, houve o total descarte dos requisitos constitucionais de notável saber jurídico e reputação ilibada para escolha dos membros da Corte. Passaram a prevalecer, sob vergonhoso silêncio e omissão do Senado Federal, os laços de amizade com o Presidente da República, o compromisso de proteger os interesses do governo e a pouca idade que garantisse o maior tempo possível para o indicado retribuir a indicação.

Por fim, tivemos a extinção dos limites do STF, que passou a se meter em todos os assuntos da República, avançando de forma descarada sobre as competências dos Poderes Legislativo e Executivo. Percebendo que não havia consequência nem reação, os ministros passaram a extrapolar de forma sistemática o papel que a Constituição lhes confiou.

Dessa forma, chegamos a uma gravíssima situação de inviabilidade institucional. O Brasil não terá

condições de se recuperar e se tornar um país confiável, justo e equilibrado se não houver uma profunda reformulação da Suprema Corte.

Além do urgente fim da inércia do Senado, é preciso também tomar três medidas que considero essenciais: 1) extinção da livre escolha pelo Presidente da República, sendo substituída por regra que reserve o STF para o encerramento de carreiras coroadas e reconhecidas na magistratura, com pelo menos 30 anos de experiência e incontroverso notável saber jurídico e reputação ilibada; 2) Mandato de no máximo de 12 anos, inspirado no modelo adotado na Alemanha, e idade mínima de 60 anos; 3) Fim das decisões monocráticas, que atualmente são mantidas por anos a fio sem serem julgadas pelos pares do Ministro relator, anulando o propósito constitucional de fazer do STF uma Corte colegiada.

Nesse momento em que estamos às vésperas da mais importante eleição do nosso tempo, caberá a todos nós, a nação brasileira, votar e trabalhar pela formação de uma maioria de legisladores no Congresso Nacional que compartilhem do propósito de reformar o Supremo Tribunal Federal.

JOLIVALDO FREITAS

Romancista e jornalista

Torcida Organizada? Vade retro

A violência recente voltou a colocar o problema no centro do futebol brasileiro: no dia 23 de agosto de 2026, um integrante da Bamor, torcida organizada do Bahia, morreu após agressões atribuídas, segundo as investigações iniciais, a envolvidos ligados à rivalidade entre organizadas; seis pessoas foram presas. Outra morte parece estar ligada ao mesmo problema, em investigação policial. Poucos dias antes, o Ministério Público da Bahia havia aberto procedimento para apurar outro episódio violento envolvendo integrantes da Bamor e um membro dos Imbatíveis, organizada do Vitória.

Há uma pergunta que deveria ser feita em voz alta, sem medo de desagradar ninguém: para que servem as torcidas organizadas? Não, não estou perguntando para que serve o torcedor apaixonado. Esse serve ao futebol. Esse, sim, é o torcedor de verdade. A pergunta é outra: para que servem estruturas como a Bamor e Imbatíveis quando, repetidamente, seus nomes aparecem no noticiário policial, em inquéritos, prisões, apreensões de facas, explosivos e confrontos que transformam uma partida de futebol numa operação de guerra?

Antes disso, em janeiro, um integrante dos Imbatíveis foi cercado e brutalmente agredido, segundo investigação posteriormente levada ao Ministério

Público, por mais de 15 pessoas apontadas como integrantes da Bamor. Houve golpes, faca, soco-ínglês e até a apreensão de um artefato explosivo artesanal. O MP-BA considerou necessário abrir procedimento para apurar a reincidência e verificar se medidas anteriores haviam sido suficientes.

E então voltamos à pergunta: para que servem? Para cantar? Uma torcida comum canta. Para fazer festa? Uma família inteira pode fazer festa. Para colorir arquibancadas? Não é preciso organizar grupos que, em determinados momentos, exigem escolta policial, separação de rotas e planejamento especial de segurança para evitar que adversários se encontrem nas ruas. Para apoiar o clube? Que clube ganha quando um jogo de futebol termina em hospital, delegacia ou cemitério?

É aí que a conta não fecha. O Flamengo não ganha, nem o Palmeiras, o Atlético Mineiro, o Confiança, o Remo, o Bahia, o Vasco ou o Vitória. O futebol não ganha. O comércio ao redor dos estádios não ganha. A Polícia Militar não ganha. E, principalmente, não ganha o cidadão comum, vítima inocente. Quem ganha? Essa talvez seja a pergunta mais incômoda de todas.

Porque manter uma estrutura organizada custa dinheiro. Há camisas, sedes, caravanas, festas, contribuições, transporte, dirigentes e uma máquina de mobilização. Como funciona exatamente esse universo? Quem administra os recursos? De onde vem o dinheiro? Quem se beneficia economicamente e

politicamente do poder de mobilizar milhares de pessoas sob uma mesma bandeira?

Não basta dizer que se trata apenas de amor ao clube. Amor ao clube não deveria exigir armas, emboscadas ou territórios inimigos. Uma pesquisa acadêmica da UNEB – Universidade Estadual da Bahia –, dedicada justamente à Bamor e aos Imbatíveis, reconhece que as duas organizações são frequentemente associadas a delitos e concluiu que as respostas adotadas pelo Estado não têm sido suficientes para impedir novos episódios de violência.

Basta chegar um clássico de alto risco para que a sociedade tenha de mobilizar policiais, inteligência, patrulhamento e operações especiais contra gente que, teoricamente, saiu de casa apenas para assistir a um jogo de futebol. E os clubes? Os clubes deveriam fazer outra pergunta: por que temos medo dessas torcidas? Porque, muitas vezes, parece haver uma relação de dependência. Os dirigentes precisam da festa, dos cânticos, das bandeiras, da pressão organizada, dos votos. O dirigente não compra uma briga.

Se dirigentes se calam porque temem retaliações ou porque estão levando vantagens, talvez seja hora de acabar com o modelo das torcidas organizadas como o conhecemos. Quem quiser torcer, que torça. Quem quiser cantar, que cante. Quem quiser fazer festa, que faça. Mas quem quiser transformar futebol em caça ao adversário, que seja tratado como criminoso — e não como torcedor. Para que, afinal, servem as fatídicas organizadas?